



## **As lógicas massiva e reticular de comunicação: conflitos, manutenções e potenciais na cultura contemporânea<sup>1</sup>**

Priscila VIEIRA E SOUZA<sup>2</sup>.

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

### **Resumo**

Este artigo propõe analisar questões que contribuam com a compreensão das mudanças culturais e comunicacionais ocorridas nas últimas décadas e em curso na atualidade. Procura dialogar diagnósticos culturais que consideram o consumo como central nas sociedades modernas e atuais com as noções de biopolítica e biopoder. Neste quadro, colocam-se dois modelos de comunicação: um referente ao início do século XX, massivo; e outro, da atualidade, conformado à lógica da rede. Busca-se, então, analisar elementos sócio-culturais relacionadas a estes modelos e apontar para formas de manutenção da lógica massiva. Registra um caso exemplar das possibilidades sociais da lógica reticular e, por fim, indica caminhos para auxiliar a continuidade da pesquisa e contribuir com reflexões sobre comunicação e cultura na atualidade.

### **Palavras-chave**

Cultura; contemporaneidade; modelos de comunicação; rede

### **Introdução**

Este trabalho insere-se no esforço de investigar as mudanças da comunicação nas últimas décadas, a partir de características/ aspectos culturais que possibilitaram – e ainda possibilitam, já que há uma dinâmica em curso – as condições destas transformações. Assim, o presente artigo articula-se a um empreendimento maior, que é a construção de um quadro de referências, um 'mapa', com indicações de noções, conceitos, autores, trajetórias que possam contribuir com a compreensão da questão proposta. Em certo sentido, portanto, trata-se da busca por um objeto, da tentativa de agregar corporalidade e indicar possibilidades para pensar o problema colocado e, até mesmo, aprimorar o recorte e o modo de expressá-lo.

A delimitação temporal elege os séculos XX e XXI como marcos das mudanças culturais/ comunicacionais neste período. Temos, portanto, como pano de fundo, a compreensão de que quando nos referimos à atualidade ou à cultura contemporânea, estamos dizendo que esta possui elementos diferentes da cultura em curso no início do

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Ciberculturas, XI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutoranda do PPGCOM da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. priscilavieira@ufrj.br.



século passado. O que mudou, como e porque mudou são questões que integram nossas investigações sobre a comunicação na contemporaneidade.

No esforço refletido neste texto, propõe-se investigar caracterizações e questões ligadas a estas mudanças na relação com as tecnologias de comunicação. Para isto, procuramos dialogar diagnósticos da atualidade que consideram o consumo como central para a compreensão da cultura contemporânea – como Muniz Sodré e Baudrillard, além de Bauman – e questões contidas no texto de Henrique Antoum e Fábio Malini, *Ontologia da liberdade e rede*. Neste quadro, é possível perceber dois modelos de comunicação: um referente ao do início do século XX, chamado ‘de massa’ e o da atualidade, que atuaria na lógica da rede. Como se trata de mapeamento – o que significa também uma primeira aproximação dos temas trazidos nesta reflexão – procuramos registrar elementos sócio-culturais relacionadas a estes modelos. Dada a percepção de que a lógica da massa procura permanecer na atualidade, buscamos investigar de que forma estas tentativas de manutenção se dariam, o que aparece especificamente na segunda parte do texto.

Por fim, desenvolvemos alguns apontamentos sobre a questão da biopolítica, da liberdade na rede e seus potenciais individuais e sociais; apresentamos um caso como exemplo de possibilidades que a lógica reticular abriga; e tentamos registrar apontamentos que indicam caminhos abertos nesta reflexão e que auxiliem a continuidade da pesquisa.

## **1. Percepções de mudanças na comunicação: as lógicas de massa e de rede**

Se a comunicação, enquanto compartilhar do comum, pode ser compreendida como característica humana<sup>3</sup>, a sua emergência como questão social e do pensamento acontece na intersecção deste aspecto abstrato com aparatos técnicos, materiais. É sobretudo no contexto das ciências humanas que ela é socialmente problematizada, já no século XX e a partir de instrumentos como o rádio, a televisão, a fotografia, o cinema. Estudos de comunicação costumam atribuir à Escola de Frankfurt um marco do

---

<sup>3</sup> Muniz Sodré expressa isso em trechos diversos de *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002. Já no final do livro, ele coloca que “o que o campo comunicacional parece requerer, em suma, é um novo sistema de inteligibilidade para a diversidade processual da comunicação, possivelmente na direção de uma antropológica do vínculo e das relações, isto é, a) o empenho por uma redescoberta das relações entre o homem e as neotecnologias capaz de levar em conta as transformações da consciência e do *self* sob o influxo de uma nova ordem cultural, a simulativa; b) ao mesmo tempo, o empenho ético-político-antropológico no sentido de viabilizar uma *compreensão* das mutações socioculturais dentro de um horizonte de autoquestionamento, norteado pela afirmação da diferença essencial do homem, de sua singularidade”. (2002, p.245)



surgimento do campo<sup>4</sup>, portanto, no contexto da disseminação radiofônica e, do ponto de vista político, da consolidação de regimes totalitários ao redor do mundo.

Tendo o privilégio de olhar com o afastamento de algumas décadas, não surpreende que a expressão ‘massa’ tenha sido utilizada para designar este tipo de comunicação e seus aparatos tecnológicos. O interessante é que a denominação tenha sido feita já em contexto crítico, em uma visão de dissidência. Contudo, crítica que tinha como pressupostos uma visão também, em certo sentido, totalitária. O ponto que pretendemos salientar é que os meios de comunicação social desenvolvem-se no contexto de ideais universalistas, absolutizantes, das grandes narrativas. Independente de sob qual ideologia política o conteúdo para propagação massiva fosse produzido, a expectativa geral era da formação de algum tipo de ‘aldeia global’, fosse ela ariana, comunista ou outra – importa é que seria *única*.

Esse tipo de comunicação, massivo, tinha como pressuposto e mesmo possibilidade tecnológica, um emissor para muitos receptores. Não à toa, foi amplamente usada para a propagação de regimes políticos ligados aos Estados-nacionais, a exemplo da televisão e do rádio no Brasil, que difundiram o ideário nacionalista praticamente em todo o país, através de produtos culturais como novelas e música.

Para o sociólogo Zygmunt Bauman (1998), havia um sentido de segurança neste tipo de organização sócio-política que validava as ações dos Estados. O preço, contudo, da segurança coletiva era a liberdade individual, o que, por fim, teria tornado este modelo insuportável. A contraposição a isto foi a demanda por maior liberdade individual, a custo da segurança. Este seria o modelo atual de sociedade, em que o descontentamento com os excessos dos Estados teria levado os indivíduos a abrirem mão da segurança que estes ofereciam em prol de maior liberdade. A consequência seria a constante sensação de risco.

Na cultura do fim do século XX/ início do século XXI, a liberdade individual teria se tornado valor tão prioritário que determina, inclusive, o enfrentamento do que o autor percebe como “mal estar da pós-modernidade”: o modo de lidar com os riscos, com a insegurança, torna-se privado – e não necessariamente uma questão de ordem social, do Estado. Sobre a relação entre segurança e liberdade na cultura contemporânea, Paulo Vaz coloca que os indivíduos estão dispostos a correr riscos, desde que possam escolher a

---

<sup>4</sup> Referências neste sentido aparecem nos textos de Mauro WOLF, em *Teorias das comunicações de massa* (São Paulo: Martins Fontes, 2008) e de Renato ORTIZ, em *A escola de frankfurt e a questão da cultura*. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 1, nº 1, São Paulo: jun./1986. Disponível em: <<http://www.anpocs.org.br/portal/content/view/141/54/#5>>. Acesso em 20 abril 2008.



quais se submeterão e, ainda, que possam retirar desta condição arriscada alguma espécie de prazer. Em suas palavras,

Por um lado, os indivíduos têm maior liberdade sobre suas escolhas; por outro, maior obrigação de ser prudente e responsável pelo seu futuro e o de seus próximos, garantindo sua própria segurança através da adoção de estilos de vida adequados e recorrendo a uma variedade de objetos, especialistas e empresas privadas. Em contrapartida, os indivíduos demandam o direito de escolher os riscos que desejam correr. Há indignação se são obrigados a correr um risco que não escolheram – e do qual não tiram nenhum prazer. (VAZ, 2005, p.9)

O modelo massivo de comunicação atendia, de certa forma, à expectativa da segurança. A mídia constituiu-se socialmente aos moldes de uma instituição, ou ao menos requerendo esta legitimidade. Criou um discurso próprio, que rege seu campo, com especialistas aptos a lidar com suas questões e manter seu lugar social de mediação. A especialidade garantiria ainda um grau de pesquisa anterior à propagação, ou seja, a veracidade dos conteúdos veiculados. Noções atreladas à mídia, como objetividade e imparcialidade estão na esteira da especialização de seu campo.

No momento em que a demanda por liberdade aumenta, o efeito no campo da mídia é a reivindicação pela produção de conteúdo, acompanhada das inovações tecnológicas que flexibilizam e diluem os antes difíceis e trabalhosos processos necessários à veiculação de conteúdo. Assim, a demanda por liberdade adequa-se às novas tecnologias da comunicação, surgidas na segunda metade do século passado: Internet; mídias móveis: o equipamento de filmagem que tinha, pelo menos, dez quilos é reduzido, com a tecnologia digital, a câmeras cada vez menores e, por fim, às também cada vez mais baratas 'hand cam' e mesmo ao aparelho telefônico móvel. A facilidade de produção de imagens, textos e qualquer conteúdo se equipara às possibilidades de veiculação: a tecnologia digital transforma tudo em dados que podem ser enviados eletronicamente e armazenados nos computadores pessoais ou em espaços da própria rede virtual.

A lógica da rede – dinâmica, descentralizada – disputa com e se impõe sobre o modelo massivo. É evidente que esta sobreposição não é absoluta, nem necessariamente positiva – mas requer questionamentos e reflexão especialmente sobre os imbricamentos, cada vez mais evidentes, entre comunicação, cultura e sociabilidade. Um questionamento possível é sobre as mudanças que têm sido percebidas no tipo de capitalismo vivenciado pelos homens e mulheres da primeira metade do século em relação à atualidade. O capitalismo material seria o tipo específico das primeiras décadas do século passado,



caracterizado por produtos ‘concretos’ fabricados pela soma de meio de produção com trabalho e pela exigência de um tempo de trabalho dedicado à construção deste produto. O capitalismo da atualidade, chamado ‘de produto’ ou cognitivo, compreende como processo de formação de seus produtos tantos os meios de produção, quanto o ambiente, quanto a infra-estrutura.

Enquanto o capitalismo material distingue tempo de trabalho do tempo vivido, agora o tempo é o mesmo; o trabalho é afetivo, criativo, simbólico, imaterial e, portanto, já não pode ser medido pelo tempo. Outra mudança importante é o limite do trabalho: antes determinado pela fadiga corporal, agora o que limita o trabalhador são estados como esgotamento emocional ou estresse mental. Os produtos, que antes eram bens materiais, agora são imateriais, correspondem a expectativas afetivas, emocionais. O produto é híbrido, miscigenado, o aspecto coletivo ganha um novo sentido, não mais de divisão de trabalho, mas de invenção, potencialização da criatividade através das relações. O produto que emerge deste esquema é modo de vida, é estilo. O pensador francês Baudrillard (1991), que percebe esta sociedade de modo profundamente negativo, constata que ninguém mais vende uma geladeira, o que se vende é o conforto e a felicidade conquistados através do refrigerador; independente do modo como ele está percebendo, o que se evidencia é a passagem do material para o simbólico.

O questionamento que emerge deste contexto é se a rede – não somente como tecnologia comunicacional, mas enquanto modelo de relações sociais – não teria sido uma demanda do próprio capital, do mercado. Talvez a indústria, sufocada pelos Estados e outras instituições absolutizantes, tenha ela mesma gerado a demanda por liberdade. Os Estados-nacionais protecionistas compunham um sistema que se tornou obsoleto e indesejável diante das possibilidades de comércio global, de atuação transnacional, de exploração de mão-de-obra nos países em que ela é barata para venda dos produtos nas regiões mais ricas – para indicar um exemplo percebido pelo senso comum e que, do ponto de vista econômico, pode ser bastante simplista. O que se pretende apontar é que a flexibilização social, o esvaziamento das instituições políticas e até mesmo a noção e realização de redes podem ser apenas o reflexo de exigências do mercado.

No sentido deste questionamento, sobram pensadores que percebem na cultura contemporânea o predomínio da lógica de consumo, como o já citado Baudrillard, além do brasileiro Muniz Sodré – que se quer acredita em mudanças substanciais a partir das novas tecnologias, além do também já citado Bauman. Para este último, o consumo define na atualidade, inclusive, a percepção da alteridade e a permeabilidade social: quem pode



consumir está mais integrado a esta sociedade e os incapacitados ao consumo formam os excluídos até mesmo de cidadania, que podem ser, sem maiores consequências, alvo de violência policial e extermínio. O entrelaçamento entre consumo e comunicação aparece desde os primeiros estudos da área e é uma questão central para pensadores como Adorno, Guy Debord e outros, críticos das formas sociais da comunicação.

A percepção de uma lógica de consumo traz novamente o absolutizante para a contemporaneidade. Se, apesar de haver na sociedade uma segmentação talvez infinita de grupos, coletivos, possibilidades de associações identitárias, toda esta aparente pluralidade for reduzida ao consumo, continua imperando a lógica da tendência ao único – que é o mesmo esquema da massa. Se não mais uma massa homogênea, formada por partes iguais, agora uma multidão de diferentes e peculiares 'consumidores'.

## **2. Permanência e convívio da lógica massiva: estratégias**

Neste ponto emerge a segunda questão sobre a rede: ela não aniquila a cultura da massa ou a lógica da massa na cultura, que procura permanecer e, para isto, utiliza de diversas estratégias. A própria proliferação do consumo pode ser considerada uma estratégia, na medida em que procura desviar (seduzir) toda e qualquer iniciativa, todo e qualquer acesso para o fim último de compra/ venda. Não à toa, é impossível abrir uma página na Internet – mesmo as pessoais, mesmo as de mídias sociais, de coletivos, partidos etc – sem que haja publicidade, algo que se possa comprar a poucos cliques do ponto que, a princípio, seria o foco da navegação. Há, por trás disso, como algo a dizer que não importa o que você faz, o que você lê, quais são os seus interesses, importa que você consuma – seja a partir do site da grife que exhibe a última coleção, seja a partir do blog do partido comunista, do site new age, da página da igreja.

Outra tendência absolutizante das tecnologias de comunicação, que são percebidas no diagnóstico de Baudrillard, é a perda de referentes. Para o próprio pensador, todas as caracterizações da atualidade convergem para o consumo. Mas a perda, ou ausência de referentes é especialmente interessante de ser pontuada – especialmente considerando que se trata aqui de um exercício de mapa, portanto, de marcar caminhos, referências, temas, abordagens possíveis que poderão, em outro momento, ser aprofundados e re-ordenados em suas relações. Vale pontuar o atrelamento desta ausência à virtualização do mundo e à impossibilidade ou simples desinteresse de acesso ao real: a perda de referentes, o que já aparece em Debord, na década de 60 do século XX, em suas reflexões sobre a função social da imagem. A cultura midiática teria transformado tudo em signos que remetem a si



mesmos em um processo sem saída de auto-referência sgnica; os signos, as imagens, já não teriam referências externas, em um ‘real’ fora do mundo informacional.

O chavão popular ‘o que não está na Internet não existe’ expressa outra tendência absolutizante, de certa forma ligada a esta, descrita acima: é *necessário* pertencer a este meio. Ou seja, por mais diversa que a rede possa parecer, estar, de alguma forma, presente nela torna-se um imperativo, como ter televisão, celular e estar constantemente disponível aos ‘chamados’ dessas tecnologias. Estar porque é necessário é bastante diferente de estar ativamente, por opção, com motivação e desejos implicados. A possibilidade de excluir atua na lógica do totalitário, remete à massa. Aqui vale ressaltar que reivindicar por inclusão é diferente de não querer ser incluído. As tecnologias são assimiladas como inevitáveis e, nisto, identifica-se a tendência absolutizante no modo como a cultura atual lida com elas. Nesse sentido, simplesmente usá-las é reproduzir um padrão sócio-cultural e a reprodução social é a própria perspectiva da massa.

Outra estratégia de manutenção da cultura de massa é o controle, cuja legitimação advém dos discursos de risco: a constante fabricação e manutenção da sensação de risco é uma forma de aumentar o controle sobre conteúdos e usos das tecnologias. Basta tentar se cadastrar mesmo nas mídias sociais para perceber a solicitação de dados. Imagens, ideias, posicionamentos, emoções particulares compartilhadas na rede estão acessíveis a familiares, amigos antigos e novos e também a marqueteiros, a empresas, aos provedores da Internet. Os riscos de fornecer dados pessoais são amenizados por riscos maiores: invasão e clonagem de perfis, vírus etc. E estes são usados para legitimar o cada vez maior controle de informações e pessoas que transitam no ciberespaço. Antoun e Malini, colocam da seguinte forma:

Na Internet, o que se percebe é todo um movimento de redução da oferta de liberdade (travestida de inflação), que tem a ver com as medidas de cercamento (enclosures) da liberdade em sistemas controlados de informação – o império da liberdade mercantilizada na rede. Nesse sentido, (...) dispositivos como os da web 2.0, se transformaram em estupendos instrumentos de negócios com a estratégia da mercantilização da liberdade para a acumulação de capital realizando o ‘cerceamento da terra comum da comunicação livre para vender às pessoas acesso às redes de comunicação globais em troca da renúncia à sua privacidade e de sua conversão em alvo da publicidade. (ANTOUN; MALINI, 2010, p.3)

A publicidade como o alvo final do controle remete à reflexão sobre o consumo e a generalização dos valores do mercado. É deste contexto que tiramos a percepção de outra estratégia de manutenção das tendências absolutizantes na lógica da rede, que é o uso da



produção coletiva para os interesses mercadológicos, que também está ligada às mudanças – já referidas – no capitalismo da atualidade. O pensador italiano Antonio Negri utiliza a expressão “sociedade fábrica” para denominar as mudanças ocorridas na dimensão do trabalho. Para ele,

A fábrica não pode ser concebida como o espaço paradigmático da concentração do trabalho e da produção; os processos de trabalho ultrapassam os muros das fábricas e atingiram toda a sociedade. Em outras palavras, o aparente declínio da fábrica como lugar de produção não significa o declínio do regime e da disciplina de fábrica, mas, sim, que essa disciplina não se limita mais a um espaço específico dentro da sociedade, e se insinua em todas as formas de produção social, difundindo-se como um vírus. A sociedade como um todo é agora permeada pelo regime de fábrica, ou seja, pelas regras específicas das relações de produção capitalistas. (NEGRI, 2004, p.22)

As novas formas de processo do trabalho, geradas pela “generalização do regime da fábrica”, na expressão de Negri (2004, p.22), são possibilitadas pelas atuais tecnologias de comunicação. O trabalhador pode ser acionado em qualquer lugar. Para além desse aspecto ainda vinculado à dimensão do trabalho, Antoun e Malini (2010) percebem que a internet passa a ser uma rica fonte de produção, pelo seu aspecto de criação coletiva. Isso significa que o trabalho, e com ele mercado, ganham características quase que de onipresença, atuando nas mais diversas dimensões da vida dos indivíduos. Os autores colocam que atua na internet o “paradigma de produção colaborativa do ‘tudo é meu’”, através de

(...) um conjunto novo de disputas e conflitos sobre a produção e a regulação da liberdade na internet, na medida em que todo o valor capitalista está radicado em fazer os conectados livres permanecer dentro de limites programáveis e de conexões pré-estabelecidas, para recolher destes toda a sua produção social. (ANTOUN; MALINI, 2010, p.2)

Portanto, mesmo a intensa circulação de ideais, a criação e o potencial coletivos da Internet podem ser capturados pela lógica mercadológica, pelo regime de fábrica, pelo capitalismo simbólico atuante em todas as esferas sociais, em todas as dimensões da vida. A lógica da massa, a tendência ao absolutizante se reinventa no mundo reticular, para prosseguir a reprodução do mesmo. Para Antoun e Malini, há uma ecologia em que

(...) as idéias e as informações são sempre as mesmas em diferentes blogs. Na verdade, trata-se de uma estratégia de extrair vantagens financeiras, publicitárias e de audiência, que transbordará, depois, na busca por modelos de negócio baseados na reunião desses micros *pop stars* da irrelevância on line, que, ao final, funcionam como pequenas árvores em pequenos rizomas, à medida que buscam criar uma centralidade de acumulação (de capital de todo tipo) que vai trazer, somente para si, os dividendos políticos e monetários dessa



cultura massiva dos fãs online, através da criação de comunidades virtuais que funcionam mais como efeitos especiais e, para usar um termo de Baudrillard, comunidades de ausentes. (ANTOUN; MALINI, 2010, p.4)

Novamente aparece a referência aos diagnósticos culturais de Baudrillard: neste sentido, a rede pode criar referências sem referente, vazias de sentido, que criam e alimentam simulacros e potencializam o consumo.

Contudo, para Antoun e Malini, esta não é a única possibilidade da rede. Os autores percebem, em contraposição à reprodução do mesmo e à captura da produção coletiva para o mercado, “um movimento que visa inflar de liberdade a rede, a partir da disseminação de dispositivos que aceleram a socialização e o compartilhamento de conhecimentos, informação e dados”. Esse direcionamento abriga o potencial de “novos modelos de direito público” e, por isso mesmo, entra em conflito com a “governança capitalista da liberdade em rede”. (ANTOUN; MALINI, 2010, p.2)

### **3. Possibilidades da rede: liberdade e biopolítica**

Os mesmos autores acreditam que a mercantilização da vida, já apresentada acima, está relacionada com o “debate teórico, aberto por Foucault, ao descrever que há uma nova arte de governar a liberdade dos sujeitos, o biopoder, que investe na vida como um todo, ativando-a e a pondo a atuar” (ANTOUN; MALINI, 2010, p.3). Contudo, a crítica, no sentido do movimento por liberdade na rede, brota deste mesmo fenômeno: “sendo cooperativo o trabalho imaterial, o seu produto não se limita a ser propriedade de um único indivíduo, senão de uma atividade comum cooperativa”. A noção de compartilhar propriedade gera na internet a circulação de “uma ideologia de liberdade desregulada, quando, na prática, é subsumida a arquiteturas e protocolos que mantêm a cultura sobre-determinada a um biopoder capaz de estimular a criação de subjetividades” (ANTOUN; MALINI, 2010, p.5). Ou seja, há uma dualidade entre a crença na liberdade da rede e a vinculação, que pode passar despercebida, desta aparência de liberdade com os interesses mercadológicos, com a fomentação do biopoder.

Antoun e Malini também percebem que “mesmo em regime comando pós-moderno de destruição do comum e expropriação da cooperação, o trabalho imaterial excede o biopoder, porque pode ser realizado fora de uma relação de comando empresarial” (2010, p.6). O desagregar do comum poderia ser o fim da própria comunicação, como definida aqui, que implica em experiência e compartilhar de algo comum. Restaria o império da informação, dentro da noção de estocagem de dados



desvinculados de sentido. Contudo, a rede proporciona a possibilidade de relacionar dados e atribuir-lhes sentidos sociais, culturais e políticos, até mesmo inéditos. Os autores colocam que “todo processo de dominação encontra um limite, que pode se transformar em resistência” e sugerem que o limite pode estar no fato de que “o trabalho imaterial da multidão não se esgota numa relação de comando ao biopoder”. ((ANTOUN; MALINI, 2010, p.5)

Em resistência ao biopoder se colocaria a biopolítica, enquanto potência da vida governar-se, como um “conjunto de atos de resistência e de contra insurgência de vidas que não se deixam capturar pelo controle e reivindicam uma economia da cooperação que mantenha os bens comuns dentro de um direito e de um espaço público”, que não se regula pelo estado nem mesmo pelo mercado. Esta seria a experiência de uma democracia que “se constitui por direitos sempre abertos e potencializador da liberdade” (ANTOUN; MALINI, 2010, p.6), ou seja, de uma construção democrática não-sistêmica – o que não implica em anarquia – e dinâmica, nunca perfeita porque jamais acabada.

Se a informação pode significar a pura estocagem de dados e abre espaço, inclusive, para colagens sem sentido e arranjos mercadológicos, também figura o potencial da construção coletiva de significados, de rearranjos criativos de narrativas (ANTOUN; MALINI, 2010, p.5). Esta percepção gera a demanda por liberdade, por autonomia em relação tanto ao Estado quanto ao mercado. Por outro lado, a própria noção de liberdade em curso gera a reivindicação por controle, re-significado, no sentido de tirá-lo das instituições e colocá-lo cada vez mais na ‘multidão’, no coletivo atuante, disposto a participar e construir (outras formas de) sociedade.

A noção de liberdade que está em jogo é o “direito de produção autônoma de formas de vida”, atravessadas por “direitos comuns que as protejam e as liberem ao mesmo tempo” (ANTOUN; MALINI, 2010, p.3). Reivindicações por controle e inclusão fazem sentido a partir de tais direitos. Neste sentido, a rede, o espaço virtual, deixa de ser um mecanismo instrumental para se tornar uma experiência na intersecção do individual com o social; este experimentar coloca para aquele que o acessa tanto os riscos da sedução pelo mesmo, conforme as estratégias já citadas, quanto o potencial de “desenvolver uma subjetividade própria, de pôr em questão as escolhas que o meio lhe oferece ou interdita em função de tornar-se este ou aquele sujeito”. (ANTOUN; MALINI, 2010, p.8)



### **3.1 Breve relato sobre potencialidades da rede: o caso da mobilização por Saneamento Ambiental em Marabá (PA)**

O caso da campanha FALE por Saneamento Ambiental em Marabá (PA), promovida pela Rede Fale<sup>5</sup>, é um exemplo concreto do potencial de mobilização na Internet. A campanha solicita que a companhia Vale do Rio Doce se responsabilize pela degradação da nascente de um rio, no município paraense de Marabá, e contribua com a restauração sócio-ambiental do local. Ela foi lançada em 2009, durante o Fórum Social Mundial em Belém, Pará. Durante dois anos membros da rede Fale tentaram, sem sucesso, entrar em contato com a companhia, através de e-mails e telefonemas para a diretoria e para a assessoria de comunicação.

Em novembro de 2010, a reunião anual da rede ocorreu no Rio de Janeiro. Como estariam presentes participantes de todos os lugares do país, inclusive de Marabá, a rede articulou uma manifestação na frente do escritório da Vale, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Outro ponto interessante é que a campanha nunca foi pautada na grande mídia, nem mesmo no município de Marabá. Já a manifestação articulou-se através de facebook, blogs, twitter e listas de e-mails. Sendo a rede Fale integrante do Conselho Nacional de Juventude - Conjuve, a manifestação ganhou apoio e confirmação de presença de diversas entidades, organizações, outras redes, grupos e mesmo muitos indivíduos, ligados a parceiros ou conhecidos de membros da rede.

O encontro da Fale coincidiu com os primeiros dias da confusão no Rio de Janeiro que desembocou na ocupação do Complexo do Alemão pelas Forças Armadas. O clima tenso no centro da cidade acarretou no cancelamento da manifestação. A Companhia, contudo, enviou, pela primeira vez, uma mensagem para o e-mail oficial da rede e, desde então, tem estabelecido contato, abriu o diálogo e a possibilidade de ação conjunto com os membros da Fale em Marabá, que estão à frente da campanha. Ou seja, atos típicos da democracia, como ‘ir às ruas’ podem, na atualidade, ser traduzidos por mobilizações virtuais. A articulação on line de uma manifestação que não aconteceu de fato surtiu efeito provavelmente idêntico ao da própria manifestação – porque a mobilização não precisou chegar às ruas, a adesão ocorreu publicamente no espaço virtual. Este caso revela, no mínimo, um evidente deslocamento da noção de espaço público. Mostra, ainda, o potencial de mobilização democrática que não passa pelo Estado, que se contrapõe ao mercado.

---

<sup>5</sup> Outras informações sobre a campanha e a rede podem ser obtidas no blogsite da rede <[www.fale.org.br](http://www.fale.org.br)>. Como este caso é citado apenas como ilustração, acredita-se não ser necessário alongar explicações e detalhamentos.



#### 4. Apontamentos: absolutizações e pluralidades

A rede abre espaço para associações em torno de expectativas, sonhos e metas comuns, possibilitando mobilizar grande número de pessoas e mesmo organizações em pouco espaço de tempo. A contrapartida disto é que a adesão não gera comprometimento. A lógica da rede permite, ainda, a construção – e reconstrução constante, dinâmica – dos indivíduos a partir das associações, do contato com a diversidade; permite desenvolver um tipo de individualidade, peculiar, que se coloca no comum do mundo. A lógica reticular também gera, na perspectiva de seus potenciais de resistência, demanda por controle das ferramentas democráticas, com a finalidade de manutenção da capacidade de desenvolver subjetividade. Em contraposição à noção de massa, uma inumerável quantidade de indivíduos muito parecidos aptos a reproduzir comportamentos, formas de cultura e sociedade, a rede potencialmente gera a multidão, que pode ser traduzida por associação entre indivíduos/ sujeitos diferentes.

Apesar de seus potenciais políticos, culturais e sociais, a rede abriga, como identificamos, uma série de estratégias de manutenção das tendências absolutizantes – que remetem à sociedade das massas. Apesar das evidentes mudanças sócio-culturais ocorridas no decorrer do século XX, pode-se perceber a continuidade de discursos e estratégias que buscam transformar tudo no *mesmo*.

Aqui vale retomar colocações feitas na introdução deste trabalho e lembrar que este texto tem o propósito de mapear temas, abordagens e relações que possam ser exploradas na continuidade da pesquisa em andamento. Assim, como apontamentos finais, apresentam-se tais marcações. Percebemos no decurso desta reflexão uma interessante questão política atrelada à comunicação e aos seus instrumentos/ ambientes tecnológicos. Há uma remodelação da noção de espaço público, que passa a incluir os movimentos na rede, mesmo os individuais; portanto, novas intersecções entre individual e societal. Há, também, a percepção de uma relação em que a novos potenciais de mobilização corresponderiam novas formas de controle social, sendo que tanto mobilização quanto controle estão atrelados à tecnologia.

Liberdade e segurança apareceram como noções importantes para a reflexão pretendida - lembrando que o contexto amplo da pesquisa trata das mudanças culturais no século XX e na atualidade imbricadas na comunicação. É interessante que a questão atual da liberdade apreende as contradições presentes na rede, pois pode desembocar no consumo, como sugere o próprio Bauman e aparece de forma contundente em Baudrillard, quanto desenvolver subjetividades e autonomia em relação ao próprio mercado e ao



Estado, o que aparece em Antoun e Malini, Negri e Foucault. O desenvolvimento proposto no texto permite apontar que a segurança continua a permear a vida, não mais sob a forma do Estado, mas estrategicamente transmutada no discurso do risco; a reboque - registra-se como indicação -, estão as técnicas e tecnologias de controle que atuam sobre os indivíduos, na internet e fora dela.

Tanto Bauman quanto Baudrillard, que foram citados acima e aparecem com importância na reflexão, desenvolvem diagnósticos da atualidade que têm o consumo como importante chave de compreensão, mesmo de organização das sociedades, propulsor de comportamentos e fabricante de lógicas culturais. É interessante perceber que ele prossegue como uma questão a ser enfrentada no pensamento da comunicação. Pode ser analisado a partir das mudanças do capitalismo, da prevalência simbólica na cultura atual, e como risco cultural da perda de sentido e de referentes, como acredita Baudrillard que já aconteceu nas sociedades pós-industriais.

Finalmente, é importante registrar que aparece neste esforço um conflito entre o que foi chamado de tendências absolutizantes e, de outro lado – este ainda não explorado – a necessidade, ou luta pela necessidade, da pluralidade. As tendências absolutizantes atuam na direção do mercado, da reprodução e do consumo; a pluralidade busca resistir através da criatividade, da associação coletiva, da busca pela auto-definição, por uma formação social dinâmica e não-sistêmica. Indica-se, portanto, que as mudanças culturais e comunicacionais que procuramos cercear no empreendimento em que a presente reflexão se insere possuem uma face política. Neste sentido, tendência absolutizante e pluralidade podem ser um modo de colocar a relação biopoder e biopolítica, como feito por Antoun e Malini, mas que enfatiza aspectos mais culturais do que os de centralidade política. Tal conflito aparece de modo não evidente, como pano de fundo. E, certamente, merece desdobramentos em novos esforços de reflexão.

### **Referências bibliográficas**

ANTOUN, Henrique & MALINI, Fábio. **Ontologia da liberdade na rede – as multimídia e os dilemas da narrativa coletiva dos acontecimentos**. Compôs, 2010. Disponível em: <[www.compos.org.br](http://www.compos.org.br)>. Acesso em 15/12/2010.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

NEGRI, Antonio; HARTD, Michael. **O trabalho de Dionísio: para a crítica ao Estado pós-moderno**. Editora UFJF: Juiz de Fora, 2004.



SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede.** Petrópolis: Vozes, 2002.

VAZ, Paulo; SÁ-CARVALHO, Carolina; POMBO, Mariana. **Risco e sofrimento evitável: a imagem da polícia no noticiário de crime.** E-compós, vol. 4 (2005). Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/46/46>>. Acesso em 11 ago 2008.